



**FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS
PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E
EDUCACIONAL – FASE**

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

ÍNDICE

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>NºS DAS PÁGINAS</u>
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1 A 3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9 A 26



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores do
Federação de Órgãos para Assistência
Social e Educacional – **FASE**
Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22.270-070

Rua Gal. Joaquim Inácio, 790
Empresarial Sá Leitão, 9º Andar
Paissandu - Recife -PE, Brasil
CEP: 50.070-495
Fone/WhatsApp: +55 81 3366.9922
saleitao@saleitao.com.br
www.saleitao.com.br

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício social findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos que possam advir dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada de “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 (R1)). e às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Notas Explicativas nº 2.6. e 5, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE**, não possuía, para 31 de dezembro de 2024, uma posição atualizada do controle patrimonial dos bens da Entidade que possibilitasse a identificação, de forma individualizada, da totalidade dos bens integrantes do saldo contábil do seu ativo imobilizado, no montante de R\$ 1.559.598,60 (Em 31.12.2023: R\$ 1.304.246,55). Adicionalmente, não foi determinada a vida útil econômica estimada dos bens classificados no ativo não circulante – imobilizado da **FASE**, necessária para o cálculo das quotas de depreciação, conforme disposto na Resolução nº 2017/NBCTG27(R4), de 22 de dezembro de 2017, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 27 (R4) – “Ativo Imobilizado”, e na Resolução nº 1.263, de 10 de dezembro de 2009, que aprovou a Interpretação Técnica Geral – ITG 10 – “Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento”, ambas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e que têm por base, respectivamente, o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, e a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, cuja aplicação tornou-se obrigatória a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.281 de 16 de abril de 2010. Como consequência, ficamos impossibilitados de concluir sobre a razoabilidade dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2024 nas contas do ativo não circulante – imobilizado e seus reflexos nas contas do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e no patrimônio líquido.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria (sendo estas últimas relativas àquelas publicadas pela Federação Internacional de Contadores – IFAC). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

As demonstrações contábeis da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram por nós examinadas e sobre as quais emitimos o nosso relatório de auditoria independente em 28 de junho de 2024 com opinião modificada quanto aos seguintes: (i) inexistência de uma posição atualizada e de forma individualizada do controle patrimonial mantido sobre os bens integrantes do ativo imobilizado; (ii) ausência de determinação da vida útil econômica estimada dos bens da **FASE**, necessária para o cálculo das quotas de depreciação; (iii) falta de determinação do valor residual dos bens integrantes do ativo imobilizado; e (iv) não realização do teste de recuperabilidade sobre o saldo contábil dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 (R1)) e às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife – PE, 31 de julho de 2025.

Signed by:


D15C1F099796403...
Jefferson Batista de Oliveira
 Sócio Responsável
 Contador CRC-PE 16.627/O-8
Sá Leitão Auditores S/S
 CNPJ: 35.330.125/0001-64
 CRC-PE 000.369/O-8



Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	03	60.511.357,49	57.574.025,63
Créditos a receber	04	411.242,52	3.042.353,04
		60.922.600,01	60.616.378,67
Não circulante			
Empréstimos a entidades congêneres (RLP)		10.000,00	-
Imobilizado	05	1.559.598,60	1.304.246,55
		1.569.598,60	1.304.246,55
Total do ativo		62.492.198,61	61.920.625,22

As notas explicativas são parte integrante da

Rio de Janeiro, 9 de julho de 2025.

Assinado por:

Tatiana Dahmer Pereira

973935F119A3422...

Tatiana Dahmer Pereira
 Presidente
 CPF/MF 024.951.757-40



Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais			
Com restrição			
Receitas de prestação de serviços sociais/atividades	12.1	1.417.801,34	1.381.274,01
Recursos públicos	12.2	7.543.453,35	3.972.677,54
Recursos de agências da cooperação internacional	12.3	16.229.792,00	15.069.722,26
Doações e contribuições de pessoas jurídicas		2.517.957,21	1.856.884,76
Receitas financeiras	12.4	<u>-</u>	7.546,57
		27.709.003,90	22.288.105,14
Sem restrição			
Recursos próprios		2.311.570,01	793.854,06
Receitas financeiras	12.4	1.116.631,26	1.132.596,74
Outras despesas (receitas)	12.5	147.597,87	200.545,63
		3.575.799,14	2.126.996,43
Custo da prestação de serviços sociais/atividades	13	(22.306.152,79)	(17.332.455,17)
Resultado bruto		8.978.650,25	7.082.646,40
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(6.077.731,76)	(4.519.806,93)
Despesas tributárias	15	(28.390,02)	(28.006,41)
Depreciações	5	(318.252,13)	(295.893,07)
Despesas financeiras		(112.103,15)	(100.870,18)
Outras despesas	16	(33.508,24)	(60.516,13)
		(6.569.985,30)	(5.005.092,72)
Superávit (Déficit) do exercício		2.408.664,95	2.077.553,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 2025.

Assinado por:

973935F119A3422...

Tatiana Dahmer Pereira

Presidente

Assinado por:

85E02646AA564E5...

Valéria Pires Falcão

Contadora CRC/RJ 097792/Q-7



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Rua das Palmeiras 90 Botafogo - Rio de Janeiro - RJ – CEP 22270-070
CNPJ/MF 33.700.956./0001-55 - www.fase.org.br

**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

	2024	2023
Superávit (Déficit) do exercício	2.408.664,95	2.077.553,68
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit (Déficit) abrangente do exercício	<u>2.408.664,95</u>	<u>2.077.553,68</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 2025.

Assinado por:

Tatiana Dahmer Pereira

973935F119A3422...

Tatiana Dahmer Pereira
Presidente
CPF/MF 024.951.757-40

6 A small blue square containing a stylized signature that appears to be the initials 'TP'.

Assinado por:

Valéria Falcão

85E02646AA50455...

Valéria Pires Falcão
Contadora CRC/RJ 097792/O-7
CPF/MF 916.338.427-20



Federação de Órgãos para Assistência Social e

Rua das Palmeiras 90 Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CE

CNPJ/MF 33.700.956/0001-55 - www

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit (déficit) acumulado	
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	7.783.769,99	85.691,20	7
Incorporação do Resultado de 2022 ao Patrimônio Social	85.691,20	(85.691,20)	
Ajustes de exercícios anteriores (nota 11.3)	-	(0,01)	
Superávit do exercício	-	2.077.553,68	2
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.869.461,19	2.077.553,67	9
Incorporação do Resultado de 2023 ao Patrimônio Social	2.077.553,67	(2.077.553,67)	
Ajustes de exercícios anteriores (nota 11.3)	-	3.107.724,38	3
Superávit do exercício	-	2.408.664,95	2
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.947.014,86	5.516.389,33	15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação
Rua das Palmeiras 90 Botafogo - Rio de Janeiro - RJ – CEP 22231-000
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	2.408.664,95	2.077.
Ajustes por:		
Provisões para contigências	135.570,90	
Depreciação	318.252,13	295.
Devolução de recursos de Projeto encerrado em exercício anterior	(2.104,69)	
Superávit (Déficit) do exercício ajustado	2.860.383,29	2.373.
(Aumento) redução nos ativos circulantes e no realizável a longo prazo :		
Créditos a receber	2.587.979,54	(1.322.
Realizável a longo prazo	(10.000,00)	20.
	2.577.979,54	(1.302.
Aumento (redução) nos passivos circulantes:		
Fornecedores de bens e serviços	(19.498,36)	2.
Obrigações trabalhistas e sociais	124.220,63	31.
Obrigações tributárias	11.220,47	9.
Bancos contas movimento (saldo devedor)	-	(
Recursos de projetos em execução	(2.043.369,53)	18.826.
	(1.927.426,79)	18.868.
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.510.936,04	19.939.
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(573.604,18)	(334.
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(573.604,18)	(334.
Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.937.331,86	19.605.
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	57.574.025,63	37.968.
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	60.511.357,49	57.574.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Rio de Janeiro, 9 de julho de 2025.
Assinado por:
Assinado por:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Objetivos

A FASE, constituída em 30 de novembro de 1961 como uma associação de direito privado, de fins não econômicos, de caráter beneficente, educativo e de assistência social tem como objetivos:

- a) Promover nas parcelas da população com as quais trabalha a Educação e o Desenvolvimento, incentivando para tal, comportamentos de participação, organização e solidariedade, e criando ou estimulando, para este fim, atividades, movimentos, organismos e associações, bem como promovendo o associativismo e o cooperativismo, a defesa do meio-ambiente e a educação ambiental;
- b) Contribuir para a inclusão econômica, para o enfrentamento da pobreza, para a garantia dos mínimos sociais, para o provimento de condições para atender às contingências sociais, e para a universalização dos direitos sociais do público beneficiário dos seus trabalhos;
- c) Executar atividades de assistência técnica e extensão rural, inclusive para o público da agricultura familiar, adotando metodologia participativa, com enfoque e equipe multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, por meio da elaboração de planos, projetos e outras ações necessárias para realizar seus objetivos;
- d) Criar, aperfeiçoar e transmitir uma metodologia que instrumentalize os seus objetivos, assim como divulgar resultados de pesquisas, estudos e avaliações.

Missão

É missão da FASE, contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, civis e políticos.

Certificações e Registros

A FASE está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob nº 116.356/62, nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) do Rio de Janeiro (CMAS) sob o nº 0158/99, do Recife sob o nº 230/2010; de Belém sob o nº 186/2019; de Vitória sob o nº 53/2019; de Salvador sob o nº 132/2012; de Mutuípe sob o nº 03/2012; de Presidente Tancredo Neves sob o nº 007/2012; de Cáceres sob o nº 03/2013; possui o título de Utilidade Pública Estadual/UPE-RJ (Lei 909 de 04/02/66 – D.O.E 10/02/66), Utilidade Pública Estadual/UPE-MT (Lei 7.703 de 04/05/02 - D.O.E 04/05/02), Utilidade Pública Municipal/UPM-Recife (Lei 18.759/20 - Publicação 27/10/20).

É portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), protocolo nº 235874.0015559/2020, para o período 2020-2024, Portaria Interministerial Nº 119/2020 (D.O.U 25.05.2022), e processo de renovação nº 308796.1185246/2024.

É membro da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) e está registrada no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CNEA/CONAMA), Portaria Interministerial nº 154/2003 (D.O.U 31/03/2003) e na European Comission's Authentication Service (ECAS/PADOR) sob o nº BR-2008-EIY-0702756386.

Rubrica

TDP

Rubricar

VR





2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. O padrão contábil adotado pela Entidade está fundamentado na norma contábil “Interpretação Técnica Geral – ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros”, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 02 de setembro de 2015, a qual estabelece os critérios e os procedimentos específicos de avaliação e de reconhecimento das transações e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem fins lucrativos.

Naqueles aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1), conforme determina esta Interpretação, foram adotadas as práticas contábeis vigentes no Brasil e dispostas na “NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/NBCTG1000(R1), correspondente ao “CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da entidade em 9 de julho de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional utilizada pela entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração da entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações contábeis do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 05 – Imobilizado;

Nota 19 – Provisão para contingências

2.5. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, uma vez que a entidade apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



2.6. Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas foram contabilizadas de acordo com o regime contábil de competência. Os valores com destinação específica, vinculados a contratos, convênios e outros instrumentos, foram alocados nas contas de resultado (receitas) em base sistemática e racional, com valores iguais aos da execução das respectivas despesas. Doações de bens patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários da entidade.

b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os saldos dos projetos a executar são mantidos em contas de passivo enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (Nota Explicativa nº 3). As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A Instituição não realizou a avaliação da vida econômica útil desses ativos em 2024, mantendo as diretrizes utilizadas em exercícios anteriores quanto à estimativa de vida útil e taxas de depreciação. Foi realizado um levantamento dos ativos, atualização da situação real, para uma revisão para verificação da recuperabilidade dos ativos (impairment).

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, utilizando taxas fiscais.

TDP

Rubricar
VR



e) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à entidade sobre condições de que não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da entidade são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2024.

f) Obrigações tributárias e previdenciárias – Imunidade tributária (CF, art. 150, inciso VI, alínea “c”)

A entidade, por sua finalidade e objetivos e atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP/INSS), da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Taxa de Incêndio e demais impostos e contribuições alcançados pela sua condição de entidade imune. O valor da renúncia fiscal decorrente do não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está evidenciado na Nota Explicativa nº 17 como se tais obrigações devidas fossem.

Rubrica
 TDP

Rubricar
 VR



3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa	357,78	2.050,00
Bancos contas movimento – recursos sem restrição	1,00	1,00
Bancos contas movimento – recursos com restrição (i)	861.137,00	1.053.055,59
Aplicações de liquidez imediata – recursos sem restrição (ii)	10.901.144,98	8.899.006,54
Aplicações de liquidez imediata – recursos com restrição (i) (ii)	48.748.716,73	47.619.912,50
Totais	60.511.357,49	57.574.025,63

- (i) Recursos com restrição de movimentação decorrente de cláusula contratual de projetos em execução, depositados em contas bancárias específicas.
- (ii) A fim de remunerar sua disponibilidade, a entidade busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira em quotas de fundos, notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significante de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Contam com a solidez de bancos de primeira linha (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado da Amazônia, Banco Bradesco S/A e Banco Itaú S/A) e garantia de até R\$ 250 mil do FGC – Fundo Garantidor de Créditos.

4. CRÉDITOS A RECEBER

	2024	2023
Contas a receber (i)	29.900,58	63.286,70
Adiantamentos terceiros (ii)	110.492,72	176.418,77
Adiantamentos terceiros BNDES (iii)	47.734,51	2.650.108,56
Adiantamentos Projetos PPM (iv)	101.732,49	30.950,80
Créditos de funcionários (v)	9.216,97	9.652,19
Tributos a recuperar (vi)	9.208,72	36.076,87
Depósitos restituíveis (vii)	43.456,42	43.456,42
Despesas antecipadas (viii)	59.500,11	32.402,73
Totais	411.242,52	3.042.353,04

- (i) Valores a receber de pequena monta;
- (ii) Adiantamentos a fornecedores;
- (iii) Adiantamentos a projetos BNDES;
- (iv) Adiantamentos a projetos PPM;
- (v) Adiantamentos para despesas e antecipação de salários;
- (vi) Impostos e contribuições retidos na fonte ou pagos indevidamente;
- (vii) Depósitos judiciais trabalhistas e de garantia contratual (caução);
- (viii) Despesas do exercício seguinte (assinaturas, seguros e vale transporte).

Rubrica
TDP

Rubricar
VR

Initial



5. IMOBILIZADO

Composição do Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo de aquisição em 31/12/2024	Depreciações acumuladas em 31/12/2024	Imobilizado líquido em 31/12/2024	Imobilizado líquido em 31/12/2023
Imóveis de uso próprio		2.063.604,10	(1.365.862)	697.741,80	495.660,83
Edificações	4	2.063.604,10	(1.365.862)	697.741,80	495.660,83
Bens Móveis		2.719.224,85	(1.857.368)	861.856,80	808.585,72
Máquinas e equipamentos	10	85.640,78	(16.112)	69.529,17	66.923,26
Móveis e utensílios	10	767.874,94	(531.494)	236.381,36	228.369,95
Informática	20	913.445,54	(623.414)	290.031,60	275.994,56
Veículos	20	952.263,59	(686.349)	265.914,67	237.297,95
Totais		4.782.828,95	(3.223.230)	1.559.598,60	1.304.246,55

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Imobilizado líquido em 31/12/2023	Aquisições em 2024	Baixa/Venda em 2024	Baixa Depreciação em 2024	Depreciação em 2024	Imobilizado líquido em 31/12/2024
Imóveis de uso próprio	495.660,83	271.678,10	-	-	(69.597,13)	697.741,80
Edificações	495.660,83	271.678,10	-	-	(69.597,13)	697.741,80
Bens Móveis	808.585,72	301.926,08	(81.000,00)	81.000,00	(248.655,00)	861.856,80
Máquinas e equipamentos	66.923,26	10.068,89	-	-	(7.462,98)	69.529,17
Móveis e utensílios	228.369,95	49.238,09	-	-	(41.226,68)	236.381,36
Informática	275.994,56	113.139,10	-	-	(99.102,06)	290.031,60
Veículos	237.297,95	129.480,00	(81.000,00)	81.000,00	(100.863,28)	265.914,67
Totais	1.304.246,55	573.604,18	(81.000,00)	81.000,00	(318.252,13)	1.559.598,60

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A instituição não realizou a avaliação da vida econômica útil desses ativos em 2024, mantendo as diretrizes utilizadas em exercícios anteriores quanto à estimativa de vida útil e taxas de depreciação. Não foi realizada uma revisão para verificação da recuperabilidade dos ativos (impairment). A instituição contratou uma empresa para realizar a revisão dos itens do imobilizado, avaliando a necessidade de rescisão da vida útil econômica e a respectiva recuperabilidade dos ativos. Eventuais ajustes serão realizados no exercício de 2025 e apresentado nas demonstrações contábeis deste exercício.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, utilizando taxas fiscais, conforme demonstrado a seguir:

Grupo	Vida útil	Taxa
Edificações	25 anos	4%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Informática	5 anos	20%
Veículos	5 anos	20%

Rubrica

TDP

Rubricar

VR



6. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

	2024	2023
Fornecedores de bens e materiais de consumo	1.169,51	66.564,64
Prestadores de serviços a pagar	77.042,30	34.339,03
Outras contas a pagar	10.167,28	6.973,78
Totais	88.379,09	107.877,45

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Registra o valor da provisão de férias e dos respectivos encargos calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de cada exercício, o valor dos encargos sociais e outras obrigações trabalhistas e sociais a pagar/recolher.

	2024	2023
Salários e ordenados a pagar	8.191,57	8.191,57
Provisão de férias e encargos	963.560,55	958.397,89
Programa saúde ocupacional a pagar	773,18	526,80
Plano saúde em grupo a pagar	-	524,22
Seguro vida em grupo a pagar	5.947,83	5.140,03
Provisão para processos (a)	135.570,90	-
FGTS a pagar	85.354,14	-
Previdência social a pagar/recolher (2305 CLT)	66.692,33	59.606,52
Previdência social a pagar/recolher (2305 AUT)	3.018,14	3.108,00
Previdência social a pagar/recolher (2631)	16,96	16,96
Previdência social a pagar/recolher (F Rural)	7,65	251,35
Totais	1.269.133,25	1.035.763,34

- (a) O saldo total provisionado (R\$ 135.570,90) refere-se à ação judicial relacionada à reclamação trabalhista nº 0100377-18.2023.5.01.0002, ajuizada em 6 de maio de 2024 pela Sra. Ana Maria Rodrigues Luchi contra a FASE, solicitando pagamento de Horas Extras e os respectivos reflexos. Em 31.12.2024, tal ação encontra-se em fase de “Execução”, com prognóstico de perda estimado como “Provável” pelos Assessores Jurídicos Externos da FASE.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra o valor dos tributos a recolher retidos na fonte:

	2024	2023
IRRF PF a recolher (0561)	178.626,59	166.908,04
IRRF PF a recolher (0588)	335,49	194,27
IRRF PJ a recolher (1708)	343,30	438,80
COFINS/CSLL/PIS a recolher (5952)	1.607,84	1.860,21
ISSRF a recolher	435,57	727,00
Totais	181.348,79	170.128,32

Rubrica
 TDP

Rubricar
 VR

Initial



9. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Valor dos saldos apurados em 31 de dezembro de projetos sociais vinculados a convênios e contratos cuja aplicação ocorrerá no exercício seguinte.

	2024	2023
Recursos vinculados a convênios com órgãos públicos (i)	21.894.923,23	26.653.482,07
Contratos com agências da cooperação internacional (ii)	23.594.629,54	24.000.053,95
Outros recursos (iii)	380,52	6.305,23
Totais	45.489.933,29	50.659.841,25

(i) Convênios com órgãos públicos

	2024	2023
1203 - PA/FUNDO SOCIAMBIENTAL/MPF	696.718,67	1.416.145,22
1205 - NAC/CONTRATO 18.2.0311.1/BNDES	115.308,81	5.596.489,20
1535 - PA/FUNDO DEMA/IBAMA (nota 10)	21.082.895,75	19.640.847,65
Totais	21.894.923,23	26.653.482,07

(ii) Contratos de cooperação internacional

	2024	2023
1198 - NAC-PLANO TRIENAL	1.402.538,93	71.382,97
1199 - NAC-PLANO TRIENAL	-	(84.760,88)
1201 - MT-MISEREOR	-	75.979,81
1202 - ES-MISEREOR	(17.454,05)	(378.771,95)
1208 - PA-SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL-HBS	171,35	(281,80)
1209 - NAC-FORTALECENDO...-MISEREOR	(80.942,46)	(80.942,46)
1227 - NAC-INCIDENCIA POLITICA-MISEREOR	(53.217,33)	(23.630,32)
1228 - RJ- CAPTAÇÃO AGUA DUQUE DE CAXIAS-FUJB	(178.888,48)	(30.516,79)
1229 - RJ-CONSTRUINDO TERRIT SAUDAVEIS-FIO	(69.273,08)	(7.415,54)
1230 - RJ-TRAB JUSTO MULHERES FAVELAS-MMFD	258.942,34	413.223,85
1231 - PA-APOIO COMUN ABETETUBA-RAN	8,08	116.909,63
1232 - NAC-POLITICAL DIALOGUE-CLUA	-	566.269,72
1233 - NAC-DEFESA DOS BENS COMUNS-AL-FFORD	558.663,30	364.120,06
1234 - NAC-APOIO CCFD-CCFD	(302.905,00)	-
1235 - PA-REDE DE FUNDOS-CLUA	148.448,54	330.956,20
1236 - NAC-ÁGUA PARA O QUE...-TINKER	732.021,97	-
1237 - PA-APOIO CLUA-CLUA	679.110,98	1.060.175,00
1238 - PA-FORTALECER A DEFESA-CCFD	10,09	157.812,00
1239 - MT-MISEREOR	(71.307,79)	-
1240 - PA-FNMA	449.770,82	-
1241 - NAC-WORKSHOP AGROEC E CLIMA-MISEREOR	(82.394,20)	-
1242 - NAC-COP 30-F FORD	17.552,59	-

Rubrica
TDP

Rubricar
VR

Initial



	2024	2023
1243 - ES-MISEREOR	(111.578,86)	-
1244 - PA-TF-MDAAF	2.974.180,15	-
1245 - NAC-BUILD REDE DE FUNDOS F FORD	135.249,80	-
1246 - NAC-ANA-GGF	531.912,00	-
1247 - NAC-EDITAL SAAP-FUNDO DEMA-FFORD	169.875,00	-
1248 - NAC-CUP DOS POVOS COP 30-F FORD	946.890,00	-
1249 - NAC-PROGRAMATICO NUPA-FFORD	95.256,00	-
1250 - NAC-PROGRAMATICO AMAZ-FFORD	142.884,00	-
1501 - ES-PROJETOS PONTUAIS-DIVERSOS	-	(93,38)
1505 - AM-CLIMA NA AMAZONIA	12.074,02	12.074,02
1506 - BA-ATER AGROECOLOGIA	-	455.665,59
1512 - PE-LIBERTA ELAS/SJDH	-	456,00
1517 - MT-PROJ TECENDO A AGROECOLOGIA	-	550.715,38
1524 - NAC-PROJETO BUILD-F FORD	1.101.886,44	1.209.301,30
1527 - PA-TODOS OLHOS NA AMAZONIA-GREENPEACE	18.134,47	18.134,47
1528 - NAC-COSTURANDO MODA DIREITOS-L FOUNDATI	2.426.195,33	2.480.406,47
1530 - PA-CLUA FUNDO DEMA-CLUA	1.874,02	1.874,02
1531 - NAC-PROJ BUILD INSTIT	794.838,28	726.253,15
1532 - PA-FUNDO DEMA-F FORD	1.073.634,67	1.046.814,40
1536 - ES-SHELL EM SUDAMÉRICA...-MILIEUDEFENSIE	-	14.696,23
1555 - PA/FORTALECER O BEM VIVER.../ASW	(861,84)	(861,84)
1558 - NAC-ACORDOS-HEKS/EPEK	-	3.045,25
1565 - NAC-PROJ DIVS- HBS	(7.000,00)	(7.171,25)
1566 - MT-CAMINHOS DA AGROECOLOGIA/IPA	7.592,24	114.882,78
1568 - PE-DIREITOS E BEM VIVER-OAK	74,00	122.687,65
1570 - PE-SOS RECIFE-OXFAM	-	40,89
1571 - ES-SEMI CAMPANHA 23-GGF	(1.321,98)	55.419,38
1574 - BA-ATER BIOMAS-ATER	(444.264,63)	(160.384,26)
1575 - NAC-25 ANOS.../IBIRAPITANGA	113,56	21.680,46
1578 - MT-QUINTAIS PRODUTIVOS-FBB	(31.905,74)	(37.455,93)
1579 - MT-ENCONTROS DE MULHERES-MMFDH	221.861,87	208.539,71
1580 - MT-PROJ TRANSIÇÃO LADES-PORTICUS	262.584,49	505.469,72
1582 - PA-OPEN CIDADES-OPEN SOCIETY	1.474.516,61	1.841.770,09
1583 - PE-PROJ 233-917-1041-MISEREOR	(69.135,07)	(69.259,15)
1584 - ES-PROJ ENERGY TRANSITION FUND/RPA	598.961,09	23,55
1585 - PA-AMAZONIA COMUNITARIA-ASW	224.802,29	101.151,39
1586 - PA-PROJ AQUILOMBAR I -CLUA	2.638.272,35	3.765.803,51
1587 - NAC-GNA-APOIOS PONTUAIS-DIVS	3.027,54	18.118,11
1588 - PA-PROJ AQUILOMBAR-TENURE FACILITY	5.006.744,94	5.326.053,77
1589 - PA-SANEAMENTO ESCOLAS-HPH BRASIL	4.106,03	(2.897,95)
1590 - ES-HOMEF	2.299,87	-
1701 - FUNDO RESERVA	-	930.251,22
1702 - FUNDO CAPITAL DE GIRO	-	1.214.380,69
1704 - CAPITAL DE GIRO MATO	-	377.723,29

Rubrica

TDP

Rubricar

VR





	2024	2023
1705 - CAPITAL DE GIRO AMAZ	-	23.652,55
1706 - CAPITAL DE GIRO BAHIA	-	609.919,40
1707 - CAPITAL DE GIRO RIO DE JANEIRO	-	(11.948,94)
1708 - CAPITAL DE GIRO ESPIRITO SANTO	-	97,91
1709 - CAPITAL DE GIRO PERNAMBUCO	-	(7.537,40)
1710 - COMODATO-ASPTA	-	(9.947,80)
Totais	23.594.629,54	24.000.053,95

(iii) Outros recursos

	2024	2023
1523 - NAC/CONF POPULAR.../I IBIRAPITANGA	380,52	6.305,23
Totais	380,52	6.305,23

10. PROJETO PA/FUNDO DEMA/IBAMA

Criado em 2003 a partir da doação com encargos de 6.000 toras de mogno (*Swietenia macrophylla* King) apreendidas pelo IBAMA, o FUNDO DEMA, uma homenagem a Ademir Alfeu Federicci, Dema para os amigos, líder dos movimentos sociais da região Altamira/Xingu, assassinado em 2001, é um fundo permanente de financiamento de projetos de proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento e inclusão social. A doação qualificada do mogno apreendido golpeou a exploração ilegal e selou uma aliança inédita entre o Governo Federal, [javascript:LoadImage\('http://www.fase.org.br/fotos/2003/08/426.jpg'\);](http://www.fase.org.br/fotos/2003/08/426.jpg) o Ministério Público, as ONGs e os movimentos sociais da região em favor do desenvolvimento sustentável e democrático da Amazônia. O fundo é de responsabilidade da FASE e deverá, de acordo com as tradições e missão desta instituição, ser gerido de forma compartilhada com as entidades e movimentos sociais da região de origem da madeira. O seu regulamento prevê o funcionamento de um comitê gestor e um conselho consultivo garantindo, assim, em primeira instância, a representação dos movimentos e entidades da região Altamira/Xingu. O fundo é mantido pelo aporte inicial resultante da doação do IBAMA, pela contribuição da Fundação Ford em 2005 de R\$ 2.227.000,00 e pelas receitas financeiras decorrentes da aplicação das disponibilidades em fundos de investimentos geridos pelo Banco da Amazônia S/A.

DEMONSTRATIVO DO SALDO DO FUNDO DEMA	2024	2023
Saldo inicial	20.687.662,05	19.189.612,14
Receitas Financeiras	2.136.830,42	2.391.603,03
(-) Despesas de atividades e administrativas do Fundo	(667.962,05)	(893.553,12)
Saldo em 31 de dezembro	22.156.530,42	20.687.662,05

Rubrica
 TDP

Rubricar
 VR

Initial



11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1.Patrimônio Social

Registra os valores dos superávits e déficits apurados em cada exercício e aprovados pela Assembleia Geral da FASE, dos ajustes decorrentes de retificação de valores do ativo imobilizado e de erro contábil imputável a determinado exercício anterior, dos bens recebidos por doação e da devolução de recursos de projetos encerrados em exercícios anteriores. Tendo os seguintes valores de Patrimônio Social em 2024 o valor de 13.054.739,24 e, em 2023 de R\$ 7.869.461,18.

11.2.Superávit (déficit) acumulado

Registra o valor do superávit (déficit) do último exercício, juntamente com os eventuais ajustes de exercícios anteriores e demais valores assim classificados, cujo saldo final do exercício social corrente será submetido à apreciação da Assembleia Geral no exercício seguinte. Em 31.12.2024, o saldo do Superávit Acumulado era de R\$ 2.408.664,24 (Em 2023 – Superávit: R\$ 2.077.553,68).

11.3.Ajustes de exercícios anteriores

Se encontram registrados como na conta contábil de “Superávit/Déficit Acumulado” e referem-se à retificação de lançamentos ocorridos em exercícios anteriores. Apesar do montante dos ajustes ocorridos em 2024 ser representativo em termos absolutos, não comprometeu a compreensão nem a relevância das informações das demonstrações contábeis anteriores. Dessa forma, as demonstrações contábeis não foram reapresentadas.

Descrição	2024	2023
Ajuste saldo - 1216 - MDA	-	0,01
Ajuste saldo – provisão férias	(26.421,62)	-
Devolução saldo Proj. FMMA - 1214	(a) 2.104,69	-
Transferência saldos capital de giro	(b) (3.126.538,43)	-
Ajuste saldo – INSS, ISS Proj. BA não recuperado	43.130,98	-
Totais	(3.107.724,38)	0,01

- (a) No exercício de 2024, a FASE Pernambuco realizou a devolução de R\$ 2.104,69 referentes ao Projeto FMMA, valor que havia sido baixado de forma inadequada em 2019, quando foi registrado como receita em vez de ser corretamente líquidado contra a conta bancária do projeto. Assim, a devolução efetuada corresponde a uma saída real de recursos, registrada nos Fluxos de Caixa da Atividade Operacional de 2024, representando a regularização de um saldo remanescente de 2019 que, embora tenha sido contabilizado como receita à época, não refletiu uma aplicação efetiva no projeto.
- (b) Até 31 de dezembro de 2023, a FASE adotava a prática de registrar saldos de recursos próprios (Capital de Giro) no grupo de contas do Passivo Circulante denominado “Recursos de projetos em execução”. Contudo, considerando que esses recursos são próprios da FASE e não possuem vinculação exclusiva com nenhum projeto executado pela Entidade, optou-se por baixar os saldos correspondentes no exercício de 2024 como ajuste de exercícios anteriores.



12. RECEITAS OPERACIONAIS

12.1. Receitas De Prestação De Serviços Sociais/Atividades

Registra os recursos provenientes de contratos de prestação de serviços sociais, cujo resultado financeiro é integralmente destinado ao desenvolvimento das finalidades institucionais da entidade.

	2024	2023
SDR CONT 017/2019 (BA) 1506-BA-ATER	53.699,62	642.282,40
CAR CONT 182/2021 (BA) 1215-BA-CAR-ATER BA	-	201.124,44
BAHIATER – 1574-BA-ATER BIOMAS	952.253,30	341.484,03
1228-RJ CAPTAÇÃO DE ÁGUAS DE CAXIAS	211.881,11	30.516,79
1229-RJ-CONSTRUINDO TERRITORIOS	179.371,29	82.552,38
1707-CAPITAL DE GIRO RJ	-	4.416,00
1589-PA-SANEAMENTO ESCOLAS - HPH	20.596,02	78.897,97
Totais	1.417.801,34	1.381.274,01

12.2. Recursos Públicos

Registra os recursos públicos para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos convênios/contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Recursos de projetos em execução (ver Nota Explicativa nº 09).

Com restrição

	2024	2023
Convênios com órgãos públicos federais	7.543.453,35	3.801.469,80
Convênios com órgãos públicos estaduais	-	141.223,58
Convênios com órgãos públicos municipais	-	29.984,16
Totais	7.543.453,35	3.972.677,54

12.3. Recursos De Agências Da Cooperação Internacional

Registra os recursos recebidos de agências da cooperação internacional para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Recursos de projetos em execução (ver Nota Explicativa nº 09).



Com restrição

	2024	2023
Brot für die Welt	3.460.886,11	3.658.640,61
CCFD	486.112,31	258.555,00
Fundação Ford	4.195.772,02	3.214.452,60
Heinrich Boll Stiftung	134.551,04	155.171,25
KZE/Misereor	1.823.485,92	1.621.776,83
Fundação OAK	-	13.334,17
Outras doações internacionais	6.128.984,60	6.147.791,80
Totais	16.229.792,00	15.069.722,26

12.4. Receitas Financeiras

Com restrição

	2024	2023
Descontos obtidos	-	1.550,88
Renda de aluguéis e arrendamentos	-	35.638,76
Imposto de renda retido na fonte	-	(29.304,42)
Imposto sobre operações financeiras	-	(338,65)
Totais	7.546,57	

Sem restrição

	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	1.116.631,26	774.357,95
Totais	1.116.631,26	774.357,95

12.5. Outras Despesas (Receitas)

	2024	2023
Recuperação de despesas	77.597,87	59.545,63
Ganhos na alienação/baixa do imobilizado	70.000,00	141.000,00
Totais	147.597,87	200.545,63

13. CUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os gastos diretos com projetos sociais voltados para a defesa e garantia de direitos, de desenvolvimento urbano, de agroecologia e segurança alimentar e de meio ambiente (atividades fim).

	2024	2023
Custos de pessoal com vínculo empregatício	8.337.487,24	7.552.677,59
Custos de pessoal sem vínculo empregatício	279.884,12	201.158,88
Outros custos de serviços sociais prestados (i)	13.688.781,43	9.578.618,70
Totais	22.306.152,79	17.332.455,17

- (i) Comunicação, diárias e outras despesas de viagem, doações e contribuições a projetos comunitários, material de consumo, passagens aéreas, rodoviárias e fluviais, publicações técnicas e outros serviços de terceiros.

Rubrica
TDP

Rubricar
VR

21

Initial



14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Registra as despesas com administração e infraestrutura da entidade (atividades meio).

	2024	2023
Despesas de pessoal com vínculo empregatício	3.241.750,87	3.097.511,16
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício	39.378,69	38.131,38
Outras despesas administrativas (i)	2.796.602,20	1.384.164,39
Totais	6.077.731,76	4.519.806,93

(i) Aluguel e condomínio, comunicação, contribuições a entidades de classe, informática, despesas legais e judiciais, condução local, energia elétrica, gás, água e esgoto, manutenção e reparos de bens móveis e imóveis, material de expediente, prêmios de seguros contratados, auditoria e outras despesas.

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2024	2023
Tributos/taxas/contribuições federais	2.105,35	698,11
Tributos/taxas/contribuições estaduais	14.099,38	16.520,12
Tributos/taxas/contribuições municipais	12.185,29	10.788,18
Totais	28.390,02	28.006,41

16. OUTRAS DESPESAS

	2024	2023
Outras perdas	33.508,24	60.516,13
Totais	33.508,24	60.516,13

17. ISENÇÕES USUFRUÍDAS (CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS)

A renúncia fiscal relacionada ao não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está assim demonstrada:

	2024	2023
Contribuição previdenciária, SAT e terceiros (25,4%) - CLT	2.073.942,07	2.015.107,61
Contribuição previdenciária (20%) - Autônomos	51.572,87	35.865,21
Total	2.125.514,94	2.050.972,82

18. SEGUROS

A entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rubrica
 TDP

Rubricar
 VR

Initial



19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2024, com base na opinião de seus assessores legais e por contar com recursos próprios disponíveis em seu caixa em montante suficiente para honrar os valores envolvidos, a Administração julgou necessária a constituição de provisões apenas para os processos com riscos de perdas consideradas prováveis (vide item Nota "7(a)").

Abaixo são relacionados os processos com prognóstico de Perda "Provável" e "Possível":

✓ **Perda Provável:** O saldo total provisionado (R\$ 135.570,90) refere-se à ação judicial relacionada à reclamação trabalhista nº 0100377-18.2023.5.01.0002, ajuizada em 6 de maio de 2024 pela Sra. Ana Maria Rodrigues Luchi contra a FASE, solicitando pagamento de Horas Extras e os respectivos reflexos. Em 31.12.2024, tal ação encontra-se em fase de "Execução", com prognóstico de perda estimado como "Provável" pelos Assessores Jurídicos Externos da FASE e valor atualizado de R\$ 135.570,90.

✓ **Perda Possível:** Reclamação cível nº 1027-53.2016.8.11.0041, ajuizada em 2011, pela Sra. Viviane Nunes de Souza contra a FASE, solicitando pagamento de danos morais, estéticos e materiais. Tal processo está com sob responsabilidade do advogado José Renato de Oliveira. Em 31.12.2024, tal a ação encontra-se em fase de "Conclusos para Decisão" (desde a data de 05.08.2024), com prognóstico de perda estimado como "Possível" pelos Assessores Jurídicos Externos da FASE e valor atualizado de R\$ 1.223.135,96.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GERENCIAMENTO DE RISCOS

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2024 e 2023, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito - é o risco de déficit financeiro da entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com os seus financiadores.

Risco de liquidez - é o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.

Risco de mercado - é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio para os recursos recebidos do exterior e taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Com relação às taxas de juros, a entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

Estrutura do gerenciamento de risco - A entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

Rubrica

TDP

Rubricar

VR

23

Initial



21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os estatutos sociais da Entidade possuem previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Assim sendo, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram após 31.12.2024 até a conclusão desta auditoria, eventos que pudessem alterar de forma significativa estas Demonstrações Contábeis. A administração da entidade não identificou nenhum evento relevante que possa vir a modificar as estimativas ou provisões, assim como não identificou nenhum evento relevante relacionado à recuperação de ativos nas demonstrações contábeis em 31.12.2024. Não foram feitos ajustes ou quaisquer outros registros que fugissem aos padrões normais.

A administração realiza regularmente procedimentos gerenciais que possibilitam a identificação de eventos que possam impactar a situação financeira da Fase, como o registro tempestivo das operações financeiras, reuniões entre a DIREX e a gerência administrativa financeira para análise das ocorrências no âmbito administrativo financeiro e discussão sobre as mudanças conjunturais nacionais e no contexto da cooperação internacional.

23. FATO RELEVANTE

Retorno das atividades presenciais e a situação do país

A instituição não registrou nenhum tipo de perda financeira, patrimonial ou de perspectiva de continuidade no último ano, no entanto, acompanha com preocupação a situação política, econômica e social do país, com constantes ataques a democracia e o aumento da situação de pobreza. A FASE se mantém em constante diálogo com financiadores e parceiros para a construção de ações transformadoras da realidade das comunidades e grupos desfavorecidos.



24. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Apresentamos abaixo informações não auditadas relativas ao perfil funcional, encargos sociais recolhidos e benefícios concedidos aos colaboradores da entidade.

Indicadores do corpo funcional	2024	2023
N.º de colaboradores ao final do período	103	93
N.º de colaboradores admitidos	17	14
N.º de colaboradores demitidos	7	14
N.º de colaboradores com idade acima de 45 anos	51	52
N.º de colaboradores com formação superior	77	71
N.º de mulheres que trabalham na entidade	69	63
N.º de cargos de chefia ocupados por mulheres	12	10
N.º de negros que trabalham na entidade	53	46
N.º de dependentes (plano de saúde em grupo)	24	26
Indicadores sociais internos	R\$	R\$
Encargos sociais (FGTS)	559.767,85	771.318,22
Assistência médica (plano de saúde em grupo)	1.140.313,57	1.019.311,72
Programa de saúde ocupacional	10.752,57	10.116,40
Auxílio educação/creche	76.952,45	71.164,54
Seguro de vida em grupo	67.382,88	60.706,71
Condução urbana (excedente vale transporte)	30.830,72	28.583,94
Vale refeição	202.717,54	-

Rio de Janeiro, 9 de julho de 2025.

Assinado por:

Tatiana Dahmer Pereira

973935F119A3422...

Tatiana Dahmer Pereira
 Presidente
 CPF/MF 024.951.757-40

Assinado por:

Valéria Falcão

85E02646AA564E5...

Valéria Pires Falcão
 Contadora CRC/RJ 097792/0-7
 CPF/MF 916.338.427-20

Initial




Associados Efetivos

Benedito Roberto Barbosa
Cândido Grzybowski
Yves Lesbaupin
Lúcia Maria Xavier de Castro

•
Conselho Deliberativo

Presidente
Tatiana Dahmer Pereira
Vice-Presidente
Leilah Landim Assumpção
1ª Secretário
André Pacheco Teixeira Mendes
2ª Secretário
Leila de Andrade Linhares Barsted
3ª Secretário
Fatima Vianna Mello
Suplentes
Adhemar dos Santos Mineiro
Renato Sergio Maluf
José Sergio Leite Lopes
Generosa de Oliveira da Silva

•
Conselho Fiscal

Carlos Bernardo Vainer
Paulo Frederico Petersen
Ricardo Gouveia Corrêa
Suplente
Breno Bringel
Silvio Caccia Bava
Vanessa Schottz Rodrigues

•
Diretoria Executiva

Diretor Executivo Nacional
Letícia Rangel Tura
Diretor Executivo Adjunto
Evanildo Barbosa da Silva

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 54F766E5-F975-4698-851F-8406D9E46327

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: FASENacional(RJ) - Relatorio - AudDCs202412 - RelAud - RelOpiniao+DCs+...

Envelope fonte:

Documentar páginas: 28

Assinaturas: 13

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 57

Jefferson Batista de Oliveira

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelope (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

jefferson@saleitao.com.br

Endereço IP: 189.3.171.146

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Jefferson Batista de Oliveira

Local: DocuSign

08/09/2025 07:27:58

jefferson@saleitao.com.br

Eventos do signatário

Assinatura

Registro de hora e data

Jefferson Batista de Oliveira



Enviado: 08/09/2025 07:34:35

jefferson@saleitao.com.br

Visualizado: 08/09/2025 07:34:55

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado: 08/09/2025 07:35:48

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada
Usando endereço IP: 189.3.171.146

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Tatiana Dahmer Pereira



Enviado: 08/09/2025 07:34:35

tatianadahmerpereira@gmail.com

Visualizado: 08/09/2025 11:59:59

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado: 08/09/2025 12:11:54

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP:
2804:14d:5c53:b073:841d:80:fd50:9b7e

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Valéria Falcão



Enviado: 08/09/2025 07:34:35

valeria@fase.org.br

Reenviado: 08/09/2025 18:16:22

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Reenviado: 09/09/2025 10:27:32

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 200.149.187.92

Reenviado: 15/09/2025 13:55:37

Visualizado: 15/09/2025 13:55:59

Assinado: 15/09/2025 13:58:12

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Danielly Santos Cordeiro danielly@saleitao.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 08/09/2025 07:34:35
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Diego Cezar Aguiar Falcão diego.falcao@saleitao.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 08/09/2025 07:34:36
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Fase Nacional fase@fase.org.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 08/09/2025 07:34:36
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Leopoldo Loureiro Kiemle leopoldo.kiemle@saleitao.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 08/09/2025 07:34:36
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Márcia Brito marciabrito@fase.org.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 08/09/2025 07:34:36 Visualizado: 08/09/2025 11:45:08
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	08/09/2025 07:34:37
Entrega certificada	Segurança verificada	15/09/2025 13:55:59
Assinatura concluída	Segurança verificada	15/09/2025 13:58:12
Concluído	Segurança verificada	15/09/2025 13:58:12
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora